



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL**  
**Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 2015**  
**Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua condição e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Acresçam-se o seguinte item 11 e o § 4º ao art. 54, o seguinte item 11 e § 2º ao art. 70 – convertendo-se o seu atual parágrafo único em § 1º – e o seguinte item 13 e § 2º ao art. 80 – convertendo-se o seu atual parágrafo único em § 1º –, todos, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973:

**“Art. 54. ....**

.....

11) a condição de indígena, a etnia e a aldeia, se o registrando requerer expressamente o lançamento dessa informação.

.....

§ 4º No caso do item 11 do *caput* deste artigo, a comprovação da informação poderá ser feita mediante afirmação do declarante acerca da condição de indígena, da etnia e da aldeia, sob as penas da Lei, independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)”

**“Art. 70. ....**

.....

11) a condição de indígena, a etnia e a aldeia dos cônjuges, se estes requererem expressamente o lançamento dessas informações.

§ 1º .....

§ 2º No caso do item 11 do *caput* deste artigo, a comprovação da informação poderá ser feita mediante afirmação dos cônjuges acerca da sua condição de indígena, da sua etnia e da sua aldeia, sob as penas da Lei, independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)”

“**Art. 80.** .....

.....  
13) a condição de indígena, a etnia e a aldeia, se o declarante  
requerer expressamente o lançamento dessas informações.

.....  
§ 2º No caso do item 13 do *caput* deste artigo, a comprovação da  
informação poderá ser feita mediante afirmação do declarante acerca da  
condição de indígena, da etnia e da aldeia do registrando, sob as penas da Lei,  
independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o  
art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)”

**Art. 2º** A Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, passa a vigorar  
acrescida do seguinte artigo 4-A:

“**Art. 4-A.** É facultada a inclusão da condição indígena e da etnia na  
Carteira de Identidade se houver pedido expresso do interessado.

*Parágrafo único.* A inclusão de que trata o *caput* deste artigo  
dependerá de comprovação mediante certidões de nascimento, de casamento ou  
de registro administrativo nos termos do art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de  
dezembro de 1973.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor após decorrido um ano da data de  
sua publicação oficial.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2019.

Senadora **SIMONE TEBET**, Presidente